

# Introdução

A presente colectânea reúne uma série de textos de natureza diferente, mas que tratam todos da mesma temática, as revoltas populares do final da primeira década dos anos 2000 em Moçambique. Partindo de diferentes disciplinas das ciências sociais e de abordagens teóricas diferenciadas, todos têm em comum a intenção de contribuir para a compreensão não só das causas e dos elementos desencadeadores das manifestações populares violentas, mas sobretudo do seu significado mais profundo no actual tecido económico, político e social moçambicano. Sem pretender esgotar o rico conteúdo dos capítulos, apresentamos de seguida e em forma muito parcial e resumida alguns dos aspectos que merecem destaque em cada um deles.

No primeiro capítulo, “Revoltas da fome: protestos populares em Moçambique (2008–2012)”, os autores situam os protestos no âmbito do movimento de revoltas relacionadas com o aumento e a volatilidade dos preços alimentares internacionais que marcaram o período em causa em numerosos países, nomeadamente africanos, mas defendem que essas revoltas exprimem sobretudo dinâmicas económicas e políticas locais e que são um resultado da exclusão social e política a que são votadas as camadas sociais urbanas mais pobres em Moçambique. O capítulo oferece como ponto de partida um resumo histórico da trajectória económica e política do país, ou seja, a forma como a sua actual economia política se foi formando e as suas implicações. Depois de analisar rapidamente a questão alimentar e a sua relação com o custo de vida, o capítulo apresenta o desenrolar das revoltas à volta das formas de mobilização, dos manifestantes e do destaque de Maputo como centro principal do protesto. A forma como os manifestantes, os políticos e os *media* falaram sobre as revoltas precede uma análise sobre as várias formas que assumiu a reacção do poder político aos problemas do custo de vida, destacando em particular o facto de se ir desenhando, para além de respostas de política pública dificilmente sustentáveis a médio e longo prazo, uma resposta de tipo autoritário e repressivo.

No segundo capítulo, “Revoltas da fome em Moçambique: um olhar para além dos preços internacionais”, a autora aprofunda a relação entre a questão alimentar, o custo de vida e a localização das revoltas, em especial como o funcionamento da economia determina a capacidade de acesso a alimentos dos diferentes estratos da população. Procurando entender porque razão as revoltas se concentraram no Grande Maputo, a região mais próspera do país, onde o nível de rendimento das famílias está significativamente acima da média, a autora faz a crítica dos dados agregados e analisa a partir dos orçamentos familiares o impacto diferenciado

dos preços em diferentes grupos sociais, para além de mostrar como as diferenças na composição da despesa dos diferentes estratos sociais condicionam a sua capacidade de lidar com as variações dos preços de produtos essenciais.

O terceiro capítulo, “Revoltas em Moçambique: uma taxa de câmbio *anti-riot?*”, aprofunda um aspecto que é referido de forma superficial nos dois textos anteriores. A autora analisa a hipótese da existência do que alguns autores chamaram “taxa de câmbio *anti-riot?*”, ou seja, se o banco central usou as suas capacidades em termos de política monetária para controlar a taxa de câmbio de forma a garantir a estabilidade dos preços. De acordo com a autora, esse tipo de intervenção do Banco de Moçambique, de usar a taxa de câmbio para controlar o nível dos preços, já era uma característica da sua actuação no período anterior às revoltas. Mas a sua análise mostra, por outro lado, que nos anos que se seguiram à primeira revolta cresceu a intensidade da intervenção do banco central nesse sentido. Uma tendência que só viria a ser invertida no momento em que se declara a crise da dívida e, concomitantemente, o país se vê privado do anterior enorme fluxo de investimento externo e de grande parte do apoio dos doadores ao orçamento do Estado.

O capítulo 4, “As revoltas do pão: um exercício de cidadania?”, traz uma reflexão sobre o papel das organizações da sociedade civil e a sua legitimidade na representação dos cidadãos mais desfavorecidos e na advocacia das suas causas. Os autores defendem que a academia e a cooperação internacional têm privilegiado as organizações da sociedade civil de elite alimentando assim uma ilusão de representação que nada tem a ver com os cidadãos comuns. Neste contexto, consideram os autores que os cidadãos se vêm privados dos seus direitos e, nesse contexto, se pode considerar que as manifestações são, de alguma maneira, uma forma de exercício da cidadania que lhes é recusada em termos práticos pelos grupos privilegiados na sociedade, incluindo uma boa parte das organizações da sociedade civil, que colaboram na política de supressão das identidades de classe.

O autor do capítulo 5, “Efervescência efémera: levantamentos populares urbanos em Moçambique”, concentrando-se nas revoltas de 2010, não só as aborda em termos gerais, mas dá uma atenção especial às revoltas que tiveram lugar na cidade de Chimoio, permitindo assim alargar o horizonte da análise do centro, que é Maputo, para uma realidade periférica, a capital da província de Manica. Inspirado pelo conceito de efervescência de Durkheim, o autor afasta-se do conceito dominante na literatura de revoltas da fome (*food riots*) e destaca as dimensões plurais, polissémicas, festivas e criativas dos levantamentos populares, que se exprimem, embora com carácter efémero, como experiências de engajamento político e de crítica ao Estado pós-colonial.

No capítulo 6, “Das revoltas às marchas: emergência de um repertório de acção colectiva em Moçambique”, o autor propõe uma reflexão que compara as revoltas

violentas que tiveram lugar desde 1993 com as “marchas pacíficas” de 2013. Segundo o autor, perante as deficiências dos “mecanismos formais” de comunicação com o Estado, os cidadãos recorrem a práticas de protesto (violentas e pacíficas) para exprimir a sua “frustração” com relação às políticas e às autoridades governamentais. O autor defende que tanto as revoltas (violentas), protagonizadas por membros das categorias sociais mais populares, como as marchas (pacíficas), protagonizadas essencialmente por elementos oriundos das classes privilegiadas, contribuem para a emergência de um “novo espaço de diálogo político” no país.

No capítulo 7, “Modernidade selectiva e Estado predador: primeira aproximação às revoltas populares em Maputo de 2008 e 2010”, destaca-se a abordagem da relação entre o Estado e a população, com incidência particular para os processos que se desenvolvem nas suas margens. O autor procura alcançar os antecedentes das causas e motivações das revoltas na caracterização da relação que se estabeleceu historicamente entre os esforços unificadores desse Estado e a experiência que daí decorre para os cidadãos. Para o autor, o Estado é visto pelos cidadãos “menos como um facilitador e mais como um concorrente invasivo e predatório”, pois as suas políticas põem em causa o equilíbrio da reprodução social dos grupos socialmente mais fracos.

Finalmente, o capítulo 8, “O lugar e o papel da crítica social no “programa de investigação” sobre movimentos sociais”, traz-nos uma reflexão crítica sobre a forma de analisar as revoltas. O autor contesta que a noção de “movimentos sociais”, pelos seus pressupostos e ancoragem nas sociedades ocidentais, seja adequada para a análise das realidades políticas actuais em África e defende, inspirado por M. Walzer, que a abordagem deve olhar para as estruturas morais, que são elementos centrais para a possibilidade do protesto. Depois de desenvolver uma tipologia do protesto como instrumento heurístico, o autor analisa as revoltas ocorridas em Moçambique e conclui que elas se enquadram dentro do “tipo anómico” de protesto e defende que não devem ser consideradas como protestos políticos em sentido estrito. De facto, as revoltas testemunham, na sua visão, a ausência de política em Moçambique, a ausência de “uma estrutura moral abrangente que constitui os indivíduos como actores políticos”.